

Dhlakama, o sobrevivente

Lina Pacheco Pereira

A FONSO DHLAKAMA é o único dirigente da Renamo que tem sobrevivido às lutas entre controlos externos e internos. Quem o conheceu diz que a chave desse sucesso tem sido «pensar pouco e cumprir muito».

A sua biografia oficial diz que nasceu em Chibavava, província de Sofala, a 1 de Janeiro de 1953, filho do régulo Manguande, é casado, pai de quatro filhos e profundamente religioso.

Após a instrução primária na missão católica de S. Francisco de Assis, seguiu para o seminário de Zobué, na província de Tete, percurso comum, aliás, a muitos jovens das ex-colónias, dada a escassez de estabelecimentos de ensino e a forte implantação de missões religiosas que preenchiam esse espaço. À frente do seminário estava, na altura, a congregação italiana dos Padres Brancos, expulsos, no início da década de 70 de Moçambique, por terem denunciado os massacres do exército colonial português em Mucumbura. Missionários que ali trabalharam não se lembram do aluno Afonso. «Sobre o homem em si, nós só começámos a ouvir falar dele como presidente da Renamo», disse a «O Jornal» o padre Agostinho de Sousa, que ainda exerce missão em Moçambique.

Dhlakama manteve-se, de facto, pouco tempo no seminário e acabou por optar pelo ensino laico, transferindo-se para a Escola Industrial da Beira, onde concluiu o quinto ano. Segundo a biografia oficial, ingressa então no Exército português, de onde deserta em 1972, com 19 anos, aderindo à Frelimo. Mas, segundo o partido no poder em Moçambique, a adesão de Dhlakama só aconteceu em 1974.

Após a independência de Moçambique, em 1975, Dhlakama fez um curso intensivo de contabilidade e foi comandante provincial de intendência militar na Beira. Nesse mesmo ano, é acusado de roubo e expulso do exército moçambicano. Em 1976, junta-se à Resistência Nacional de Moçambique, entretanto criada a partir das milícias de Jorge Jardim, na Rodésia. A ligação parece ter sido o engenheiro militar André Matsangaissa, já na altura presidente do MNR, que Dhlakama conheceu na Beira e com quem tinha um passado comum: também Matsangaissa fora acusado de roubo em Moçambique, chegando mesmo a estar preso por esse motivo.

O MNR constituía então uma força comandada e organizada fundamentalmente pelos serviços secretos de Ian Smith, a CIO (Central Intelligence Office) e o seu principal objectivo eram as incursões em território moçambicano, alegadamente para destruir bases de guerrilheiros que lutavam pela independência do território que mais tarde veio a constituir o Zimbábue.

O então chefe da CIO, Ken Flower, a quem coube um papel determinante na organização do MNR, explica, no seu livro «*Serving Secretly*», que o poder rodesiano pretendia dessa forma «proteger as fronteiras para além das fronteiras» e confessa que, mais tarde, se interrogou sobre «se não teria criado um monstro do qual acabara por perder o controlo».

Com conhecimento de causa, Ken Flower esclarece que «as formas de resistência de Moçambique não têm, nem nunca tiveram até hoje, uma natureza ideológica» nem constituíram «uma forma orgânica de resistência ao poder». Essa resistência, afirma o ex-chefe da CIO, «foram os ex-colonos que deixaram Moçambique para os territórios vizinhos ou para Portugal e que daí têm organizado formas de combate à independência de Moçambique».

Afonso Dhlakama, «Jacamo», de seu nome de guerra, assume a presidência da Renamo em 1980, ano em que a RNM (Resistência Nacional Moçambicana), controlada até então pela Rodésia, passa a depender dos serviços secretos sul-africanos, coincidindo com a mudança de sigla da organização — RENAMO.

A nomeação de Dhlakama segue-se à morte, oficialmente em combate, mas em circunstâncias nunca apuradas, do primeiro presidente da Renamo, André Matzangaissa.

Três anos depois, a 13 de Abril de 1983, o secretário-geral de organização, Orlando Cristina, é assassinado em Pretória. Cristina foi um homem de confiança de Jorge Jardim, chefiou as suas milícias e serviços secretos privativos e trabalhou para o Exército português como instrutor dos Grupos Especiais Pára-Quedistas e dos Flechas, da PIDE. Tinha, aliás, um papel muito mais activo na Renamo do que o presidente Matsangaissa. Na sequência da sua morte, aparentemente como represália, são mortos os irmãos Boaventura e Adriano Bomba, um dos quais fora acusado de ser «infiltrado» da Frelimo.

O cargo de secretário-geral da Renamo é então ocupado por Evo Fernandes, assassinado, em Portugal, cinco anos mais tarde, quando já não exercia aquelas funções, mas continuava a ser considerado o único homem capaz de dar conteúdo ideológico e político à Renamo.

Dhlakama é visto por quem lidou de perto com a Renamo, como um homem que actualmente se esforça por dar um cunho político a uma organização que nunca existiu mas que, face às mudanças na África do Sul e à evolução da situação no continente africano, precisa de se impor como alternativa.

Talvez a operação de promoção montada à sua volta vá neste sentido. O que, afinal, seria a vitória do chamado eixo Washington-Paris, que, sob a direcção de Luis Serapião, apostava, tal como os Estados Unidos, numa organização de conteúdo político que constituísse uma alternativa à Frelimo, capaz de se sentar à mesa das negociações com o poder moçambicano.

Mas, por enquanto, no terreno, é o eixo Bona-Pretória, dirigido por Artur Janeiro da Fonseca, quem mais ordena, insistindo na destruição, no desgaste do poder e da economia de Moçambique, com as consequências (agora agrava-

das) que já em 1988 os Estados Unidos denunciavam. Até essa altura, segundo o Departamento de Estado norte-americano, a Renamo era acusada de ter assassinado cem mil civis em território moçambicano.

Os amigos portugueses

Diversas referências a ligações comprometedoras entre Portugal e a Renamo têm surgido desde a sua formação. No início, ela parecia limitada à participação, como dizia Ken Flower, de antigos colonos e de diversos elementos da ex-PIDE, como Casimiro Monteiro, condenado pelo assassinio de Humberto Delgado («O Jornal», 15 de Outubro de 1982) e Joaquim Sabino, inspector da polícia política portuguesa exactamente em Tete, onde ocorreram os massacres de Mucumbura e Wiriyamu. Mas, mais tarde, surgiram acusações de alegados envolvimento dos serviços secretos portugueses.

As primeiras denúncias foram feitas pelo ex-dirigente da Renamo, Paulo Oliveira, que se entregou às autoridades moçambicanas, pouco antes da morte de Evo Fernandes.

Segundo as suas declarações, terá conhecido, numa base de treino na África do Sul, o coronel Fernando Ramos, «ligado à DINFO», acrescentando que aquele militar estava num acampamento da Renamo, nos arredores de Pretória, na noite em que foi assassinado Orlando Cristina.

Em relatórios dos serviços de informação portugueses, os dirigentes da Renamo teriam mesmo nomes de código, nada abonatórios, diga-se, no que toca a Dhlakama, que era designado por «general Porra».

Na semana passada, novas revelações que comprometem os serviços secretos portugueses foram feitas pelo «Independente». Segundo aquele semanário, a visita de Dhlakama a Portugal foi organizada pelo SIM (Serviço de Informações Militares) «o que vem reforçar ainda mais a ideia de que é o SIM quem efectivamente controla a organização rebelde moçambicana». De acordo com a mesma notícia, foram os serviços secretos militares que pediram aos seus homólogos sul-africanos que impedissem o encontro, que chegou a estar previsto, entre Afonso Dhlakama e Maria Barroso, mulher do Presidente Mário Soares, em Pretória no passado mês de Setembro. A justificação, segundo as fontes do «Independente» seria «a proximidade do acto eleitoral de 6 de Outubro».